

## **Elaboração do Anexo de Metas Fiscais**

### **Ente: Fiscalópolis**

#### **Conceitos sobre os exercícios financeiros:**

Exercício 20X0 – Exercício de Referência da LDO. Exemplo: Em 2019 se elabora a LDO de 2020.

Exercícios 20X+1 e 20X+2 – Os dois exercícios seguintes ao de referência. O Anexo de Metas Fiscais do ano de referência (20X0) deverá conter projeções de metas fiscais para os exercícios de referência (20X0) e mais dois exercícios (20X+1 e 20X+2). Exemplo: O AMF que acompanha a LDO de 2020 terá que conter as metas para o triênio 2020 a 2022.

Exercício 20X-1 – Ano de elaboração da LDO, que é o ano anterior ao de referência. Exemplo: Na elaboração da LDO de 2020 o ano 20X-1 será 2019.

Exercícios 20X-2, 20X-3 e 20X-4 – Anos anteriores ao ano de elaboração (20X-1). Exemplo: Para elaboração da LDO de 2020 o ano 20X-2 será 2018, 20X-3 será 2017 e 20X-4 equivale a 2016.

Para fins do Exercício:

	Anos anteriores			Elaboração	Referência	Anos seguintes	
Ano	20X-4	20X-3	20X-2	20X-1	20X0	20X1	20X2
Exemplo	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023

#### **1ª Etapa – Informações dos Anos Anteriores (3 anos) – “Planilha RREO RGF Consolidado”**

Para se ter uma base de dados de série histórica é necessário coletar as informações oficiais de receita, despesa, dívida e haveres financeiros dos 3 anos anteriores ao ano de elaboração (20X-2 a 20X-4). No caso das despesas é importante segregar as despesas pagas no exercício e os restos a pagar pagos. Tais valores ajudarão nas projeções futuras.

As receitas e despesas podem ser obtidas por meio do demonstrativo do Resultado Primário e Nominal, que consta do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO). Em função do nível de detalhamento exigido pela planilha poderá ser necessário também buscar informações de algumas receitas específicas diretamente na área de Contabilidade. Um exemplo disso são as receitas de compensações financeiras (petróleo, minerais, recursos hídricos), principalmente quando essas se apresentam como significativas para o Ente.

Para as informações de Dívidas e Haveres Financeiros deve-se buscar no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, que integra o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), sempre posição do último quadrimestre de cada exercício.

### **Exercício Prático:**

Para fins do exercício as informações para preenchimento desta planilha estão no arquivo Excel – Informações do RREO e RGF de anos anteriores. Atenção que a informação de precatórios do último exercício é originária da planilha “

### **2ª Etapa – Informações do Ano Anterior (20X-1) – “Planilha RREO RGF Consolidado”**

Quando se começa a elaborar o anexo de metas fiscais para determinado ano de referência (20X0) há informações de receitas e despesas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Contudo as projeções para o ano 20X-1 não devem estar presas aos valores previstos na LOA. Deve-se buscar as melhores projeções de receitas e despesas que se tem no momento.

Assim, nessa etapa é importante a articulação com as áreas envolvidas com estimativas de receitas e despesas tendo como foco principal aquelas que são as mais representativas.

### **3ª Etapa – Grade de Parâmetros Macroeconômicos – Planilha “Parâmetros”**

A projeções de variações do Produto Interno Bruto (PIB), Taxa Básica de Juros (Selic), Índice de Inflação, alteração do valor do salário mínimo, são exemplos de parâmetros macroeconômicos que podem influenciar isoladamente ou em conjunto as projeções de receitas e despesas e com isso afetar as metas fiscais.

Uma boa fonte para buscar essas informações são documentos oficiais da União e o Boletim Focus do Banco Central.

<b>PLDO – PROJEÇÕES DE PARAMETROS</b>				
	<b>20X-1</b>	<b>20X0</b>	<b>20X1</b>	<b>20X2</b>
<b>PIB REAL</b>	<b>2,00%</b>	<b>3,00%</b>	<b>3,00%</b>	<b>3,00%</b>
<b>INFLAÇÃO IPCA</b>	<b>3,00%</b>	<b>4,00%</b>	<b>4,00%</b>	<b>4,00%</b>
<b>Dólar (US\$)</b>	<b>R\$ 3,70</b>	<b>R\$ 3,75</b>	<b>R\$ 3,80</b>	<b>R\$ 3,85</b>
<b>Preço Médio do Barril de Petróleo</b>	<b>US\$ 62,78</b>	<b>US\$ 62,78</b>	<b>US\$ 62,78</b>	<b>US\$ 62,78</b>
<b>Taxa de Juros (Selic)</b>	<b>7,00%</b>	<b>8,00%</b>	<b>8,00%</b>	<b>8,00%</b>
<b>SALÁRIO MÍNIMO</b>	<b>R\$ 998</b>	<b>R\$ 1.072</b>	<b>R\$ 1.149</b>	<b>R\$ 1.229</b>

### **4ª Etapa – Projeções das Receitas e Despesas Primárias – Planilha “Projeções”**

As projeções das receitas e despesas primárias são realizadas a partir de percentuais incidentes sobre os valores de 20X-1 e provavelmente envolverá mais de uma área no ente. As receitas de transferências devem ser buscadas, sempre que possível junto ao ente transferidor como no caso das receitas dos Fundos de Participação (FPM e FPE). Em outras situações, quando representativas, pode-se buscar órgãos/agências específicas como caso das projeções de Royalties Petróleo, que a melhor fonte para projeções é a Agência Nacional do Petróleo.

## 5ª Etapa – Projeções da Dívida Pública – Planilha “Dinâmica da Dívida”

Para compatibilizar os fluxos e estoques de dívidas e garantir que os resultados acima e abaixo da linha não tenham discrepâncias, a área responsável pela administração da dívida em cada ente deve consolidar as informações de todas as entidades e fazer as projeções de 20X-1 a 20X+2 dos fatos que impactam o saldo da dívida pública tais como, operações de crédito, juros passivos por competência, passivos reconhecidos, sempre considerando a abrangência do conceito de Dívida Consolidada. A tabela a seguir apresenta as projeções para 20X-1. Transferir os valores para planilha nos fluxos do primeiro ano.

Controle de Fluxos de Estoques da Dívida 20X-1					
Controle da Dívida Consolidada	Operações de Crédito (+)	Juros por Competência (+)	Passivos Reconhecidos (+)	Pagamento de Juros (-)	Pagamento de Amortização (-)
Dívida Mobiliária					
Dívida Contratual	125.010.000	48.510.000	7.000.000	52.510.000	236.070.000
Empréstimos	125.010.000	35.830.000	-	39.830.000	168.640.000
Internos	5.590.000	25.740.000	-	25.740.000	123.510.000
Externos	119.420.000	10.090.000	-	14.090.000	45.130.000
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios					
Financiamentos	-	3.500.000	-	3.500.000	6.000.000
Internos		3.000.000	-	3.000.000	5.000.000
Externos		500.000	-	500.000	1.000.000
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	-	7.450.000	7.000.000	7.450.000	54.490.000
De Tributos	-	4.330.000	-	4.330.000	17.330.000
De Contribuições Previdenciárias	-	3.000.000	7.000.000	3.000.000	28.550.000
De Demais Contribuições Sociais	-	-	-	-	8.120.000
Do FGTS	-	120.000	-	120.000	490.000

Com Instituição Não Financeira	-	-	-	-	-
Demais Dívidas Contratuais	-	1.730.000	-	1.730.000	6.940.000
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	-	-	-	-	
Outras Dívidas					

## 6ª Etapa – Projeções dos Fluxos de Precatórios

É fundamental para a metas fiscais as projeções de despesas com precatórios. O precatório consiste no modo encontrado pelo sistema jurídico brasileiro para que possam ser cumpridas, observada a ordem do requerimento, as decisões judiciais transitadas em julgado que condenam os entes públicos ao pagamento de importâncias pecuniárias. Portanto, se trata de um meio necessário ao cumprimento das decisões judiciais que condenem a Fazenda Pública.

Apesar de ser um passivo mesmo antes de sua inclusão no orçamento, sob a ótica fiscal o precatório não se enquadra no conceito de dívida consolidada desde que seja pago até o final do exercício do orçamento de referência. Contudo, a LRF determina que os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites<sup>1</sup>. A título de exemplo imagine um precatório que foi expedido pelo Tribunal e dado entrada na Fazenda Pública em 30 de junho de 20X1, logo o ente federativo terá até o final do exercício de 20X2, para saldar esta dívida. Caso não pague até o final do exercício de 20X2 esse passivo passará a compor a dívida consolidada do ente.

No momento em que passa a integrar a DC o valor do precatório vencido e não pago deverá ser incluído no demonstrativo na linha de “Passivos Reconhecidos” conforme comentado anteriormente. Contudo, como regra geral, em termos orçamentários o pagamento de precatórios configura despesa primária, pois quando da elaboração do orçamento não há uma separação entre os precatórios que integram a DC e os que não integram. Por isso enseja tratamento diferenciado das demais dívidas.

Assim, a planilha “precatórios” traz a situação de um ente que está no regime especial de pagamento de precatórios. Contudo, com o aumento da Receita Corrente Líquida passa a disponibilizar mais recursos para pagamento dos precatórios vencidos e não pagos até entrar no fluxo normal de pagamentos. Os dados consolidados dos precatórios vencidos, do estoque a pagar e dos precatórios que estão no fluxo normal deverão ser integrados com a planilha da “Dinâmica da Dívida”.

## 7ª Etapa – Projeções dos Haveres Financeiros – Planilha “Dinâmica dos Haveres”

Também com o objetivo de compatibilizar os fluxos e estoques de haveres e garantir que os resultados acima e abaixo da linha não tenham discrepâncias, a área responsável pela administração dos haveres de cada ente deve consolidar as informações de todas as entidades e fazer as projeções de 20X-1 a 20X+2 dos fatos que impactam o saldo dos haveres financeiros dentre os quais: concessão de empréstimo, juros ativos por competência, recebimento decorrentes de empréstimos concedidos,

<sup>1</sup> LRF, art. 30, § 7o e Resolução do SF nº 43, de 2001, art. 2º, inciso III.

sempre considerando o conceito de haver financeiro. A tabela a seguir apresenta as projeções para 20X-1.

Fluxos dos Haveres	20X-1
Concessão de Empréstimos (+)	5.000.000
Aquisição de Títulos de Crédito (+)	50.000.000
Juros de Empréstimos (competência) (+)	5% do Estoque de 20X-2
Alienação de Investimentos Temporários (-)	5.000.000
Amortização de Empréstimos (-)	1.000.000

### 8ª Etapa – Projeções dos Restos a Pagar

O Cálculo do resultado primário é realizado estritamente sob a ótica de caixa e nesse sentido considera as receitas arrecadadas e as despesas pagas, independentemente do exercício do empenho. Portanto, o espaço fiscal para acomodar as despesas primárias será afetado pelo pagamento dos restos a pagar. Logo ao projetar o fluxo de caixa futuro os valores projetados para as despesas incluem os restos a pagar pagos no período.

Assim, é preciso projetar para os exercícios seguintes os valores inscritos para servir de referência para projetar os valores pagos. Nesse sentido é fundamental buscar saber o comportamento da execução dos restos a pagar de anos anteriores para servir de base para projetar a execução dos anos seguintes.

As informações dos restos da execução dos restos a pagar por grupo de despesa não são encontradas em nenhum dos relatórios do RREO ou RGF e aparece tão somente no Balanço Orçamentário da prestação de contas anual. Obviamente, no âmbito de cada ente pode-se obter tais informações junto ao setor de contabilidade.

#### Exercício Prático:

Para fins do exercício as informações para preenchimento desta planilha estão no arquivo Excel – Informações do RREO e RGF de anos anteriores. Atenção que a informação de precatórios do último exercício é originária da planilha “

